

EM 2010, O SALÁRIO MÉDIO LÍQUIDO NOMINAL EM PORTUGAL ERA APENAS DE 777 € POR MÊS, E 1.422.800 RECEBIA MENOS DE 600€MÊS, E AINDA HÁ QUEM DIGA QUE A FALTA DE COMPETITIVIDADE É DEVIDO A SALÁRIOS ELEVADOS

Os salários mensais líquidos dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal, ou seja, aquilo que ele leva para casa, e com que tem, ele e a família, de viver continua a ser baixíssimo em Portugal, e há ainda gente que, em nome da competitividade, afirma que os salários são muito elevados, e são a causa da baixa competitividade das empresas portuguesas. O quadro seguinte, construído com dados divulgados pelo INE, mostra a evolução dos salários médios mensais líquidos nominais nas diferentes regiões do País no período 2006/2010.

Quadro 1- Salários médios mensais líquidos nominais por regiões no período 2006-2010

REGIÕES	3ºT-2006	3ºT-2007	3ºT-2008	3ºT-2009	3ºT-2010	Variação 2010/2006	2006 % PT	2010 % PT
Norte	634 €	661 €	689 €	712 €	716 €	12,9%	89,7%	93,6%
Cento	644 €	647 €	671 €	683 €	677 €	5,1%	91,1%	89,8%
Lisboa	864 €	894 €	894 €	898 €	935 €	8,2%	122,2%	118,0%
Alentejo	652 €	681 €	709 €	711 €	741 €	13,7%	92,2%	93,4%
Algarve	782 €	678 €	710 €	738 €	772 €	-1,3%	110,6%	97,0%
RA Açores	696 €	657 €	648 €	685 €	715 €	2,7%	98,4%	90,0%
RA Madeira	642 €	663 €	715 €	720 €	731 €	13,9%	90,8%	94,6%
PORTUGAL (PT)	707 €	720 €	747 €	761 €	777 €	9,9%	100%	100%

FONTE : Estatísticas de Emprego - 3º Trimestre 2006-2010

Entre 2006 e 2010, o salário médio mensal líquido nominal aumentou de 707 € para 777€, ou seja, teve uma subida apenas de 9,9% em 4 anos. E não se deduziu o efeito da inflação. Se dividirmos o aumento verificado pelo número de anos, obtém-se um valor médio de apenas 18€ por ano.

Se a análise for feita por regiões, conclui-se que, se verificaram grandes desigualdades nos aumentos verificados entre 2006 e 2010, variando entre +13,9% (RA Madeira) e -1,3% (Algarve). Tal variação determinou que, no 3º Trimestre de 2010, o salário médio líquido nominal fosse na região de Lisboa superior em 18% ao salário médio líquido nacional, enquanto na região Norte era inferior ao salário médio nacional em -6,4%; na região Centro em -10,2%; no Alentejo em -6,4%; no Algarve em -3%; na RA dos Açores em -10%; e na RA da Madeira era inferior ao salário médio líquido nacional em -5,4%. Portanto, salários líquidos muito baixos mas, para além disso, muito desiguais de região para região (a diferença salarial entre Lisboa e a região Centro é de 28%).

1.422.800 TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM RECEBIAM MENOS DE 600€POR MÊS E, DESTES, 120,6 MIL TINHAM SALÁRIOS LÍQUIDOS INFERIORES A 310€MÊS

Se a análise for feita por escalões de rendimento, a conclusão que se tira é ainda mais grave como revela o quadro seguinte, construído também com dados divulgados pelo INE.

Quadro 2- Nº de trabalhadores por sectores de actividade económica e por escalões - 2010

Escalão de rendimento salarial	TRABALHADORES POR CONTA OUTRÉM -2010							
	PORTUGAL		Agricultura, Silvicultura e Pesca		Indústria, Construção, Energia e Água		SERVIÇOS	
	Nº Trabalhadores Mil	% Total	Nº Trabalhadores Mil	% Total	Nº Trabalhadores Mil	% Total	Nº Trabalhadores Mil	% Total
Trabalhadores por conta de outrem	3 836,2	100%	84,1	100%	1 197,0	100%	2 555,1	100%
Menos de 310 euros	120,6	3,1%	12,2	14,5%	12,9	1,1%	95,5	3,7%
De 310 a menos de 600 euros	1 302,2	33,9%	42,6	50,7%	480,2	40,1%	779,3	30,5%
De 600 a menos de 900 euros	1 109,3	28,9%	18,6	22,1%	385,6	32,2%	705,1	27,6%
De 900 a menos de 1 200 euros	371,6	9,7%	2,3	2,7%	88,4	7,4%	280,9	11,0%
De 1 200 a menos de 1 800 euros	336,9	8,8%	1,7	2,0%	53,7	4,5%	281,4	11,0%
De 1 800 a menos de 2 500 euros	102,1	2,7%	0,5	0,6%	12,4	1,0%	89,1	3,5%
De 2 500 a menos de 3 000 euros	29,6	0,8%	-		4,3	0,4%	25,3	1,0%
3 000 euros e mais euros	23,7	0,6%	0,1	0,1%	6,3	0,5%	17,3	0,7%

FONTE: Estatísticas Emprego-3º Trimestre 2010- INE; NOTA: Os que faltam no Total são os classificados NS/NR

No 3º Trimestre de 2010, 37% dos trabalhadores por conta de outrem portugueses, ou seja, 1.422.800, recebiam um salário líquido mensal inferior a 600€/mês. Os trabalhadores por conta de outrem com salários líquidos superiores a 1.200€ por mês eram apenas 492,3 mil (os com salários líquidos mensais superiores a 1800€ eram somente 155,4 mil, ou seja, 4,1%).

Se a análise for feita por sector de actividade económica conclui que, no 3º Trimestre de 2010, na Agricultura, Silvicultura e Pescas 65,2% recebiam salários líquidos mensais nominais inferiores a 600€/mês, e 14,5% inferiores a 310€/mês; na Indústria, Construção, Energia e Água, 41,2% dos trabalhadores por conta de outrem recebiam salários inferiores a 600€/mês; nos Serviços, o número de trabalhadores com salários líquidos inferiores a 600€/mês atingia 874,8 mil, ou seja, 34,2% do total. Os trabalhadores com salários líquidos superiores a 1.200€ por mês eram apenas 2,3% do total no sector primário; 6,4% no sector secundário, e 16,2% do total no sector terciário.

Afirmar, como dizem alguns, nomeadamente os “comentadores habituais” (“opinios –makers”), com acesso privilegiado aos grandes media, que a falta de competitividade da maioria das empresas portuguesas se deve aos elevados salários pagos, e que é necessário, para aumentar a competitividade, congelar os salários nominais, ou mesmo reduzi-los, como o governo deu o exemplo na Administração Pública, é revelar má-fé ou profunda ignorância da realidade económica nacional.

Infelizmente, este governo parece alinhar pelo mesmo diapasão, pois acabou de apresentar na concertação social um conjunto de propostas que visam “embaratecer” ainda mais “o factor trabalho”, como gostam de dizer os neoliberais da nossa “praça”, nomeadamente o trabalho dos estagiários e dos trabalhadores que estão nos programas ocupacionais (e são muitos milhares) com o objectivo, por um lado, de aumentar a exploração desses trabalhadores e, por outro lado, para os utilizar como instrumento de pressão sobre os restantes trabalhadores a fim de obrigar estes a aceitar reduções grandes nos salários reais.

Os dados do INE sobre os salários líquidos nominais dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal, revelam e confirmam também a profunda desigualdade que continua a existir no nosso País na distribuição do rendimento, e se os propósitos das entidades patronais e do governo se concretizarem levarão certamente a um maior agravamento das desigualdades existentes e, conseqüentemente, da situação social mas também económica, tornando ainda muito mais difícil, doloroso e prolongado o tempo para sair da grave crise em que nos encontramos mergulhados.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
6.1.2011